OS SERVIDORES E O GOVERNO

Josaphat Marinho

O eminente presidente da República atribuiu os conflitos ora em curso em grandes cidades, no país, a motivos políticos, e não sociais. Fora de dúvida que há inspiração política em muitas dessas manifestações populares. Em todos os países, nas horas de agitação, os partidos interferem nos atos públicos, de diferentes origens, para demonstrar solidariedade e extrair vantagens do apoio. Pode-se dizer que é prática universal. Há, mesmo, movimentos de massa em que as organizações partidárias de feição mais popular são a força principal. Em princípio, não há que condenar ou censurar tais atitudes, que correspondem a forma de ação dos partidos.

Claro que em certas circunstâncias os partidos exacerbam os espíritos, dificultando soluções. Cabe aos governos o esclarecimento devido à opinião pública. Quando a influência política ultrapassa os limites do razoável, não é difícil à autoridade demonstrar a verdade, situar a diferença entre manifestação democrática e perturbação da ordem. Em qualquer hipótese a defesa de direitos não se con-

funde com desrespeito a pessoas, a titulares do poder. A liberdade de crítica e de protesto não se confunde com violência e desacato. A grande virtude da democracia é que ela delimita o campo de defesa dos direitos e a área de abuso deles. Para evitar o desdobramento de excessos, aplica-se a lei, tanto mais eficaz quanto menos autoritária.

Essencial, entretanto, é ver se as manifestações e seus extravasamentos resultam de fatores externos, ou se representam explosões naturais de sentimentos até então contidos. Há um instante de represamento de necessidade e angústias, e outro de eclosão de sofrimentos e paixões. Quando o desespero atinge parcela saliente de uma coletividade, cabe aos órgãos do poder agir com serenidade e cautela, que não eliminam a firmeza. Cabe-lhes ver que a necessidade, não raro, vence a prudência.

Ora, das aglomerações que se estão formando, nas ruas e nas praças, algumas são de servidores, em atividade ou aposentados, e às vezes contam com professores universitários. Os servidores, de modo geral, estão sem

receber qualquer aumento, vai por mais de cinco anos. Vêm resistindo às dificuldades e às elevações de preços, inclusive de medicamentos. A variedade de categorias profissionais, com remunerações diferentes, em atitude de reivindicação, sugere atenção dobrada do governo no exame das reclamações. Os professores universitários não costumam estar em movimentos de rua, são antes forças moderadoras. Quando deles participam, é porque há razões suficientes de inquietude.

Em tais situações, em que há motivação social legítima, não basta o uso da força material para guardar a ordem ou a paz coletiva. A ordem pode ser mantida sem desarmamento dos espíritos, provisoriamente. Básico, porém, é que, ao lado da manutenção da ordem, seja discutida solução das reclamações feitas. Enquanto não se cria o clima de compreensão recíproca, com abertura de entendimento, toda medida unilateral, como a ameaça de "corte" do ponto, terá efeito transitório e provocativo.

No caso específico dos servidores, o governo há de considerar o tempo decorrido sem

concessão de qualquer melhoria: mais de cinco anos. Se somente agora agem coletivamente, para reivindicar, não podem ser acusados de precipitação, nem de exigentes. E ainda se há de atentar que o deslocamento pelas ruas da capital, como noticiado pela imprensa, se fez sem tumulto nem provocação às autoridades. Ao lado da ação reivindicatória, houve apenas o exercício do direito de locomoção. Assim posta a questão, aconselhável é o diálogo, para exame das razões de ambos os lados. Se o Tesouro tem restrições financeiras, os servidores experimentam necessidades acumuladas. E são estes a parte fraca. A resistência recíproca, ou unilateral, significando ou gerando irredutibilidade, prolongará o estado de confrontação, que não interessa a nenhuma das partes, nem à sociedade. A negociação é o caminho, até pela singularidade da situação. Assim são superados os problemas na democracia.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia, e diretor da Faculdade de Direito da Upis